



## O “DESENVOLVIMENTO” DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS) NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Gilvana Machado Costa<sup>1</sup>

Eixo temático: **CONFLITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS**

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo compreender o complexo de relações voltadas para o desenvolvimento econômico da região oeste paranaense, que vem se definindo como industrial alimentícia é necessária uma contextualização sobre como o desenvolvimento dos chamados APLs (Arranjos Produtivos Locais) têm reorganizado alguns setores e até mesmo regiões – no que se refere às produções – antes conhecidas pela exclusiva produção agrícola.

**PALAVRAS-CHAVE:** desenvolvimento, arranjos produtivos locais (apls), região oeste

Com o objetivo de compreender o complexo de relações voltadas para o desenvolvimento econômico da região oeste paranaense, que vem se definindo como industrial alimentícia é necessária uma contextualização sobre como o “desenvolvimento” dos chamados APLs (Arranjos Produtivos Locais) têm reorganizado alguns setores e até mesmo regiões – no que se refere à produção – antes conhecidas pela exclusiva produção agrícola.

O conceito de Arranjos Produtivos Locais (2006) refere-se:

[...] a aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, operando um conjunto específico de atividades correlacionadas, que apresentam vínculos, mesmo que incipientes, de articulação, interação, cooperação e aprendizagem. Geralmente envolvem a participação de empresas produtoras de bens de serviço e consultoria, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas à formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades), à pesquisa, ao desenvolvimento e à engenharia, bem como à política, à promoção e ao

<sup>1</sup> Acadêmica de História da Unioeste.

financiamento.

Esses arranjos assim percebidos nos dão a dimensão do planejamento com que são concebidas as formas de aglomerações espaciais que permitem o desenvolvimento econômico de uma região. Para tanto, é necessário buscarmos a origem na qual o conceito de arranjo produtivo foi desenvolvido.

Antes do final da Segunda Guerra Mundial houve a necessidade de uma reformulação da economia mundial, a partir disso realizou-se a conferência de *Bretton Woods* que resultou na criação do FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BIRD (Banco Mundial) e a ideia de constituição de um mecanismo que coordenasse as regras do comércio mundial.

No contexto dessa nova ordem mundial surgem os blocos econômicos com o objetivo de criar um mercado comum mundial livre de tarifas alfandegárias. Portanto, os blocos econômicos nada mais são do que associações de países, em geral de uma mesma região geográfica que estabelecem relações comerciais privilegiadas entre si e atuam de forma conjunta no mercado internacional. Um dos aspectos mais importantes na formação dos blocos econômicos “é a redução ou a eliminação das alíquotas de importação, com vistas à criação de zonas de livre comércio” (BEZERRA Jr., 2001, pg. 126), assim, os blocos aumentam a relação de interdependência das economias dos países-membros.

O primeiro bloco econômico é criado na Europa, em 1957, a Comunidade Econômica Europeia – CEE (atual União Europeia). Atualmente, os mais importantes são a NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) de 1992, a União Europeia (UE), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) e, não menos importante o Pacto Andino, a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e a Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento (SADC).

Em nível mundial, as relações comerciais são reguladas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que substituiu o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), criado em 1947. Essa organização vem promovendo o aumento no volume do comércio internacional por meio da redução geral de barreiras alfandegárias, esse movimento, no entanto, é acompanhado pelo fortalecimento dos blocos econômicos, que buscam manter maiores privilégios aos países-membros.

Essa regionalização da economia é fortalecida nos anos 90 com o desaparecimento de blocos da Guerra Fria, liderados pelos Estados Unidos e União Soviética, que acaba estimulando a formação das zonas independentes de livre-comércio, que é um dos aspectos do processo de globalização.

Um mercado globalizado permite a abertura de novos espaços para a atuação de empresas multinacionais, organizações, indivíduos etc., e até mesmo a atuação de atores estatais aí inseridos (municípios, estados federados ou províncias), além das organizações internacionais de cooperação e de integração, e os blocos regionais. Essa globalização permite, de um lado, a formação de blocos econômicos regionais, integrando economias e estabelecendo restrições à entrada de produtos provenientes de áreas que estão fora do território estabelecido pelos acordos, por outro lado, com a globalização temos a integração progressiva dos mercados das nações dentro de um processo de abandono gradativo do protecionismo, iniciado nas décadas passadas e que hoje se revela uma tendência comum à maior parte das nações, onde o fluxo de informações de capitais e de mercadorias atinge níveis nunca antes alcançados. O Estado que antes era o principal regulador da economia passa a servir ao capital as mais lucrativas e mais atrativas vantagens para atrair o desenvolvimento.

Dentro destes blocos regionais, ou apoiados por eles, existem as grandes empresas multinacionais que acabam por dominar o mercado no segmento onde atuam, sendo favorecidas pelo protecionismo quer seja de portos, quer seja de domínio tecnológico. Esta hegemonia acabou por ameaçar as pequenas organizações, que eram engolidas pelas maiores que competiam com melhores tecnologias, conseqüentemente maior produtividade e preços mais baixos. Foi neste cenário que surgiram as redes de cooperação, de organização, os arranjos produtivos locais, os sistemas produtivos inovativos locais ou sistemas locais de produção. Todas estas formas análogas focam na cooperação e associação entre as empresas, que são as melhores formas destas vencerem barreiras através da união de conhecimentos, divisão de tarefas, compartilhamento de equipamentos, instalações, mão-de-obra, entre outros. São muitas as vantagens da cooperação entre as pequenas e médias empresas, e dentre essas vantagens destacam-se a possibilidade de incrementar seus processos produtivos, não apenas em relação ao volume de produção, mas também em termos de aumento de possibilidades de inovações tecnológicas, tendo em vista que é possível compartilhar os meios produtivos e os investimentos em novas tecnologias, visando claro o aumento do capital.

Para atrair investimentos e conseqüentemente mais riqueza e geração de renda para sua região, vários governos promovem incentivos variados para as empresas. Isso vai desde isenção de impostos e infraestrutura até a própria construção das instalações da empresa com dinheiro público.

Segundo a TECPAR (Instituto de Tecnologia do Paraná), que integra a Rede Paranaense de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (Rede APL Paraná), que é formada por instituições como sistema FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), BRDE (Banco Regional de

Desenvolvimento do Extremo Sul) e SEBRAE-PR (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), tem como objetivo proporcionar maior articulação entre os diversos atores que realizam ações nos Arranjos Produtivos Locais (APLs). O instituto entende que:

[...] a implantação e consolidação dos APLs é fundamental ao desenvolvimento pretendido para o Estado. Para isso é necessário estruturar planos, estudos e ações de apoio e a promoção ao desenvolvimento de empresas/instituições que estejam localizadas em regiões com clara especialização produtiva, o que permitirá maior efetividade e melhores resultados econômicos para os APLs. (2006).

O Estado conhecendo, a partir desse planejamento, o perfil aglomerativo, que é a disposição geográfica produtiva; desde sua capacidade de interação, o que a indústria propicia em relação ao crescimento e desenvolvimento econômico; à capacidade competitiva, definida pelo número de alocações do mesmo setor. Assim determinadas regiões são inseridas no mercado globalizado e na expansão em longo prazo, permitindo um planejamento do desenvolvimento regional, ou seja, a disposição de setores industriais do mesmo ramo numa mesma região não é uma ação natural, mas sim pensada por parte do capital juntamente com o Estado para que esse fenômeno ocorra.

Lima (2007) ao analisar a dispersão espacial e a alocação do emprego nos ramos produtivos das microrregiões paranaenses faz um mapeamento segundo os setores mais dinâmicos, ou seja, mais produtivos do Estado e demonstra o crescimento de alguns ramos nos anos de 1985 e 2003. Dessa forma, as indústrias dinâmicas, se encontram na região metropolitana de Curitiba, entretanto as microrregiões de Maringá, Londrina e algumas microrregiões do Sudoeste do Paraná (Pato Branco, União da Vitória, Palmas) também se destacam em alguns ramos produtivos. Os ramos industriais mais dispersos são a indústria metalúrgica e a indústria do papel, papelão, editorial e gráfica; com exceção da metalurgia as outras indústrias dinâmicas encontram-se concentradas em regiões específicas. Já as indústrias de ramos têxteis do vestuário e artefatos de tecidos, calçados e produtos alimentícios e bebidas estão localizadas de forma significativa nas regiões Sudoeste, Oeste e Noroeste do estado. Como é o caso do Arranjo Produtivo Local de Terra Roxa/PR, cidade que integra o APL das Indústrias do Vestuário do Oeste do Paraná, que foi planejado para organizar de modo geral essa aglomeração. Os desafios apresentados por esse planejamento são:

- Fortalecer o projeto APL das Indústrias do Vestuário do Oeste do Paraná aproveitando os potenciais existentes como a proximidade da fronteira com o MERCOSUL, crescente estrutura turística regional e identidade cultural da região a exemplo de pólos já consolidados no estado;

- Transformar a região em produtora de moda, não apenas confecção, criar uma identidade de moda própria da região focada no público consumidor das classes B e C os quais somam 63,2% do mercado consumidor em potencial;
- Criar um programa de capacitação abrangente e contínuo no setor voltado a empresários, e profissionais das indústrias de confecções (modelistas, designers, supervisores de fábrica, mecânicos, costureiras e outros) realizando-o de forma descentralizada nas microrregiões do APL;
- Obter o reconhecimento da sociedade sobre a importância do setor na geração de emprego e renda da região, de forma que se consiga mais apoio de instituições públicas e privadas para o fortalecimento do setor em ações como: flexibilização da legislação trabalhista, linhas de créditos facilitadas, redução de impostos e outros;
- Desenvolver ações específicas para melhorar a qualidade e adequar os produtos às exigências do mercado a ser atendido, preparando empresas para o mercado externo;
- Criar um centro tecnológico para desenvolvimento e disseminação de novas tecnologias;
- Fortalecer e ampliar cursos de graduação em moda/estilismo e outros afins aumentando a disponibilidade de profissionais no mercado;
- Construir um *shopping* de atacadistas que seja referência para comercialização da moda produzida na região Oeste do Paraná;
- Articular esforços conjuntos entre as iniciativas pública e privada, para criação de linhas de créditos específicas e facilitada para o desenvolvimento e fortalecimento do setor;
- Desenvolver ações específicas de mercado, preparando os empresários para a definição de estratégias de comercialização dos seus produtos de forma profissional, fugindo do dilema tradicional de que as indústrias estão “nas mãos dos representantes comerciais”.

A partir disso, contata-se o nível de estudo que é realizado e quais são os interesses defendidos, pois nenhum desses desafios questiona ou propõe pensar as condições de trabalho a que os trabalhadores estão submetidos, os desafios apontados são voltados a atender os interesses do capital e como poderá ser extraída maior lucratividade dessas microrregiões.

De maneira geral, Lima aponta para outro aspecto percebido a partir da análise de microrregiões produtivas, como essa distribuição geográfica da produção está associada à funcionalidade permitida aos setores secundário (ramos industriais) e terciário (comércio e serviços), como é o caso do ramo da construção civil em que se associa fortemente com a maior parte do setor secundário e mais ainda com o setor terciário, tanto na comercialização dos produtos como no escoamento das mercadorias. O setor terciário ainda exerce papel fundamental no que tange a organização espacial do Estado e nas relações de atração ou dispersão da mão-de-

obra, embora algumas regiões tenham características diferentes ainda é possível perceber uma estrutura produtiva funcionando de forma integrada, seja no consumo local, seja num âmbito espacial maior que o arranjo produtivo.

No que se refere à cidade de Marechal Cândido Rondon, embora esteja integrado ao APL do vestuário de Terra Roxa, seu ramo industrial não é o setor têxtil, apesar de sua representatividade, evidenciada pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), de que no ano de 2001, ano da criação do referido APL ter 18 estabelecimentos do setor e nenhum emprego formal registrado. Já, no ano de 2009, o número de estabelecimentos permanece o mesmo, mas o número de contratações é de 352 empregos formais. A definição que se têm dado para Marechal C. Rondon é que seu perfil produtivo mudou a partir das instalações de indústrias alimentícias como a Faville (1999), a Frimesa (1980) e o Frigorífico de aves da Copagril (2005), fato que fica evidenciado pelo IPARDES, que no ano de 2009 tem registrados 46 estabelecimentos no setor de Indústria de Produtos Alimentícios, e um total de 3.308 empregos formais ativos.

Em relação aos 352 empregos gerados pelo setor têxtil à indústria e confecção de lingerie Fidelitá corresponde o número de cerca de 200 “colaboradores” (segundo informações contidas no site da empresa), porém, em trabalho de campo ao realizar entrevistas com as trabalhadoras desta indústria, revelaram o número de trabalhadores empregados chega, em épocas de maior demanda da produção, a ultrapassar 280 trabalhadores.

Resta analisar como essa empresa se constitui, enquanto possuidora de uma mão-de-obra que quando da demanda do mercado, praticamente dobra o número de contratações.

O histórico dessa confecção não apresenta nenhum tipo de financiamento por parte do estado, indicando ser de capital privado, quando da sua montagem inicial, em 1993, com 5 máquinas industriais e seis trabalhadores. Nesses 18 anos de sua implantação, a Fidelitá aumentou sua estrutura física e tecnológica sendo necessário à construção de dois barracões industriais, seu quadro de funcionários multiplicou muitas vezes depois que sua produção passou a atender para além do comércio local a comercializar com outros estados, que são os mercados que regulam sua necessidade de aumentar ou não produção quando da demanda por mercadorias.

A exemplo do segmento de confecção-bordado infantil de Terra Roxa o processo produtivo de confecção de lingerie também se divide em uma sequência produtiva de etapas que corresponde à aquisição de matérias-primas; criação/design; corte; costura; acabamento; controle de qualidade (revisão, eliminar os fios); preparação do produto para embalar; embalagem; e a comercialização.

Segundo Franco (apud BEZERRA, 2001, p. 46), a primeira etapa da produção se torna

“[...] a mais complexa para o desenvolvimento do APL de Terra Roxa, por não existirem fornecedores de tais matérias-primas e equipamentos na cidade, é o que também ocorre em Marechal C. Rondon”. Todos os aviamentos e materiais necessários são adquiridos principalmente dos estados de Santa Catarina e São Paulo (cerca de 70%) e o restante do Paraná, específico a cidade de Maringá (cerca de 30% dos insumos e equipamentos), no caso da Fidelitá, seu principal fornecedor é São Paulo. As outras etapas são, tanto em Terra Roxa como em Rondon, produzidas internamente, não existindo firmas especializadas em uma ou mais etapas do processo produtivo. As empresas daquele APL possuem produção, marcas e mercados diferenciados, a Fidelitá também se enquadra nessa característica por possuir marca própria e dominar um mercado nacional, evidenciado no fato de não haver produção de reserva ou estocagem, segundo as trabalhadoras a um número pequeno de peças no estoque, e sendo este voltado apenas para a manutenção do mercado interno. A venda no mercado local é realizada por vendedoras ambulantes, ou seja, não possuem nenhum vínculo empregatício com a empresa.

Algumas das características específicas da Fidelitá serão mais bem trabalhadas no desenvolver do trabalho de pesquisa, no que se refere ao entendimento dos arranjos produtivos locais da região oeste do Paraná fica ainda questões sobre se a Fidelitá recebe algum tipo de recurso público, se não recebe como ela se constitui enquanto única indústria de confecção de lingerie numa cidade que tem suas atenções voltadas para a agroindústria. Saliento o fato de que a pesquisa está em andamento e tais questões estão postas e pretende-se que sejam respondidas para uma compreensão mais ampla deste sistema fabril.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA JR, Wilson Fernandes. Adcontar. **Revista do Centro de Estudos Administrativos e Contábeis**, Belém: UNAMA, v. 2, nº 1, p. 7-10, maio 2001.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS APLS DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DO OESTE DO PARANÁ E MODA BEBÊ DE TERRA ROXA. Cascavel - PR. Maio/2006

LIMA, Jandir Ferrera de. **Dispersão espacial e alocação do emprego nas atividades produtivas das microrregiões paranaenses**. Toledo-Pr, 2007.